

Por Beatriz Matos

Consignados fantasmas ampliam ofensiva para

CPI

Denúncia do Correio da Manhã estimulou busca por instalação da investigação

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Heloísa: denúncia do Correio deve ser foco principal da investigação

O retorno dos trabalhos do Congresso Nacional, nesta segunda-feira (2), ocorreu sob o impacto direto do avanço das investigações sobre o que houve de irregular nas negociações do Banco de Brasília (BRB) com o Banco Master após os relatos feitos pelo Correio da Manhã de vítimas que afirmam ter sido incluídas em empréstimos consignados jamais contratados.

O escândalo originado a partir da Bahia revelou um esquema de créditos vinculados a servidores públicos sem liberação de valores, sem desconto em folha e sem autorização formal.

Agora, parlamentares avançam com o tema no Congresso com uma ofensiva parlamentar que envolve pedidos de CPI na Câmara, requerimentos no Senado e articulações para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

Enquanto as investigações avançam, vítimas seguem buscando reparação e respostas. O que começou como um produto de crédito na Bahia transformou-se em um escândalo de alcance nacional, com impacto direto sobre servidores públicos e repercussão política que promete dominar o Congresso em 2026.

Reportagem do Correio da Manhã publicada na segunda-feira (2) revelou a existência das vítimas dos consignados falsos associados ao cartão CredCesta, produto criado na Bahia por Augusto Lima e posteriormente incorporado à estratégia de expansão do Banco Master.

Congresso

Na Câmara dos Deputados, o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) protocolou um pedido de CPI para investigar o caso. O requerimento reúne 201 assinaturas, acima do mínimo exigido. O foco inicial é a negociação de cerca de R\$ 12,4 bilhões em títulos e carteiras de crédito entre o Banco Master e o BRB, com possível prejuízo de ao menos R\$ 5 bilhões ao banco público.

“É muito importante que a investigação seja feita com profundidade, serenidade e firmeza. Quem não quer instalar a CPI do Banco Master é porque, de alguma forma, tem seu rabo preso”, afirmou Rollemberg.

CPMI

Paralelamente, parlamentares articulam a criação de uma CPMI. Há dois requerimentos em circulação: um liderado pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ) e outro pelas deputadas Heloísa Helena (Rede-RJ) e Fernanda Melchionna (Psol-RS). No Senado, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) afirma já ter reunido as assinaturas necessárias para uma CPI exclusiva.

Para Heloísa Helena, as vítimas dos consignados falsos são o centro da investigação. “Estamos falando de aposentados, pensionistas, professores, policiais do Distrito Federal e trabalhadores da Bahia e de vários estados. Pessoas que tiveram valores lançados em seus nomes sem nunca receber nada”, afirmou.

Ela acrescentou: “Além da lavagem de dinheiro do narcotráfico, ainda tem esse esquema montado com dinheiro de aposentados e servidores públicos. É inadmissível que não se queira investigar o que está acontecendo”.

Pressão

A CPMI do INSS também convocou Daniel Vercaro para depor nesta semana. Segundo o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), a convocação é obrigatória e visa esclarecer contratos de consignado autorizados pelo INSS. O instituto bloqueou cerca de R\$ 3 bilhões que seriam repassados ao banco após notificações não respondidas.

“O Congresso não aceita tutela. CPI que não ouve depoentes não é CPI”, afirmou Viana.

Judiciário

O avanço das investigações também marca a abertura do ano do Judiciário. Durante a cerimônia de retomada dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira (2), o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, afirmou que a prioridade será a adoção de um código de ética para os ministros. “Seguirei buscando dar à sociedade brasileira segurança jurídica com legitimidade”, declarou.

O caso do Banco Master segue sob relatoria do ministro Dias Toffoli, que decidirá se o inquérito permanece no STF ou segue para a primeira instância.

Vítimas

Servidores públicos em diferentes estados relatam ter sido usados para inflar carteiras de crédito negociadas entre instituições financeiras. Professores da rede estadual da Bahia e um policial militar aposentado do Distrito Federal identificaram, em seus CPFs, empréstimos consignados atribuídos ao CredCesta sem jamais terem contratado as operações ou recebido qualquer valor.

Em Vitória da Conquista, na Bahia, professores descobriram consignados de quase R\$ 10 mil ao consultar o sistema do Banco Central. Não houve depósito em conta nem desconto em contracheque, mas a margem consignável aparecia comprometida. Em Brasília, um policial militar aposentado apresentou extratos que indicam contratos de R\$ 9,9 mil e R\$ 8,9 mil, com mais de 90 parcelas registradas como ativas, bloqueando o acesso a novas linhas de crédito.

Origem

As investigações apontam que o modelo teve origem na Bahia. Segundo apuração do Correio da Manhã, o cartão CredCesta foi estruturado em 2018 pelo empresário Augusto Ferreira Lima após vencer a licitação da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal). O produto, voltado a servidores públicos, chamou a atenção do banqueiro Daniel Vercaro, controlador do Banco Master, que teria levado a operação para dentro da instituição a partir de 2020.

Em depoimento à Polícia Federal, Vercaro afirmou que a expansão do crédito consignado no banco foi estruturada por Augusto Lima, então seu sócio, responsável por desenhar os fluxos operacionais e liderar a estratégia que transformou o consignado no principal produto da instituição.

Escala

Relatórios do Banco Central e da PF indicam que, a partir de 2019, o Banco Master passou a operar um modelo de crescimento acelerado baseado na originação e aquisição de carteiras de consignados. Parte desses créditos teria sido transformada em títulos bancários sem documentação completa e posteriormente cedida ao Banco de Brasília (BRB).

As apurações apontam que associações de servidores públicos da Bahia, como a Associação dos Servidores Técnico-Administrativos e Afins do Estado da Bahia (Asteba) e a Associação dos Servidores de Saúde e Afins da Administração Direta do Estado da Bahia (Asseba), teriam sido usadas para originar volumes bilionários de crédito sem lastro compatível com sua capacidade operacional. Segundo técnicos, cerca de R\$ 6,7 bilhões em contratos de consignado não puderam ser comprovados.

Governo da Bahia



Professores da Bahia foram vítimas dos consignados falsos